

Adusp toma iniciativa para que Reitor corrija ações da CERT

Tendo em vista as declarações do Reitor, reproduzidas no *Informativo Adusp 113*, a Adusp pretende encaminhar à Reitoria uma relação de nomes de colegas que, já tendo cumprido o pe-

ríodo de experimentação do RDIDP, receberam da CERT, indevidamente, a solicitação de relatórios adicionais ou foram questionados sobre seus regimes de trabalho, após aprovação em concurso para

cargo efetivo.

Para tanto, a Adusp solicita dos colegas que enfrentam tal situação que se manifestem, encaminhando à entidade os respectivos dados.

Na audiência de 13/3 conce-

didada à direção da Adusp, o reitor Adolpho Melfi dispôs-se a solucionar as pendências desse tipo que envolvem a CERT e afetam muitos docentes.

O objetivo da Adusp, portanto, é fazer chegar ao Reitor as informações necessárias às providências de reparação de erros administrativos e abusos praticados pela CERT.

Fórum das Seis decide reivindicar reajuste de 16% na data-base

O Fórum das Seis voltou a reunir-se no dia 26/3, na sede da Adusp, com a participação de representantes dos aposentados. O Fórum definiu a pauta conjunta de reivindicações para a data-base de 2002.

Já foi encaminhado ao Cruesp ofício solicitando reunião para entrega e apresentação da pauta para o dia 11 ou 12/4 e primeira reunião de negociação para o dia 29 ou 30/4.

Pauta conjunta

1. 16% de reajuste;
2. Revisão salarial no mês de novembro de 2002 de modo a compensar perdas salariais pelo ICV do DIEESE e promover ganhos reais, tendo em vista a evolução do ICMS;
3. Pagamento aos docentes e funcionários do Centro Paula Souza do reajuste dessa data base e, também, dos referentes às datas base de 1996 a 2001;
4. Ampliação da assistência estudantil nas três Universidades;
5. Contratação em tempo integral de professores

e funcionários para reposição e ampliação do quadro das Universidades; fim das contratações precárias e temporárias de docentes e funcionários;

6. Fim das terceirizações; contratação de funcionários regulares para executarem aqueles serviços;

7. Ampliação de vagas em cursos regulares de graduação;

8. Que o Cruesp se comprometa a atuar conjuntamente com o Fórum das Seis durante a discussão e elaboração da LDO na AL, com vistas a obter, entre outras providências, a complementação de verbas para pagamento de aposentados, para ampliação de vagas e do quadro efetivo das Universidades Estaduais, de modo a manter a qualidade do ensino, pesquisa e extensão;

9. Recuperação do atendimento de boa qualidade nos Hospitais Universitários, com a necessária contratação de médicos e funcionários, preservando-os sob responsabilidade das Universidades e inseridos no SUS;

10. Fim de toda perseguição política nas Universidades, com readmissão de demitidos políticos e a suspensão imediata de processos disciplinares e legais de origem política contra estudantes, funcionários e organizações sindicais;

11. Abertura de todos os dados e contas das fundações privadas associadas ou conveniadas com as Universidades Estaduais;

12. Manutenção das reuniões periódicas da comissão Cruesp/Fórum das Seis de acompanhamento de verbas e salários.

Iniciativa aposentados

O Fórum apoiará a publicação de uma cartilha sobre Previdência, aposentadoria e fundos de pensão que está sendo organizada pelos departamentos de aposentados dos sindicatos dos trabalhadores das três universidades, e vai colaborar na organização de um seminário sobre estes itens.

Envie para a Adusp

As informações necessárias são as seguintes:

- Nome e Unidade
- Nº funcional
- Data de entrada no RDIDP
- Data de entrada no Regime Permanente no RDIDP
- Data de publicação da nomeação no DO após concurso público.

Se o colega não tiver disponíveis estes dados, envie o que for possível. De todo modo, estas informações podem ser obtidas através do Departamento de Pessoal de cada Unidade.

Os dados acima podem ser enviados à Adusp via formulário eletrônico (adusp@adusp.org.br) ou por correio interno. Devido à urgência da matéria, o prazo para chegada destas informações à Adusp encerra-se no dia 19/4/02.

Veja também: a Adusp acaba de criar um grupo de trabalho para discutir avaliação institucional (página 3).

Agenda da data-base

- 9/4 Nova reunião do Fórum
- 11 ou 12/4 Entrega da pauta ao Cruesp
- 29 ou 30/4 Data solicitada para a 1ª reunião de negociação com o Cruesp

Protestos marcam 21 de março

Na USP os protestos da Greve Geral de 21 de março, convocada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), foram marcados pela concentração de estudantes e funcionários na entrada principal do



campus Butantã, seguido de passeata até a Av. Paulista,

para o ato conjunto convocado para as 16h, onde os professores também se fizeram representar. No auditório Abraão de Moraes, às 20h, ocorreu o debate sobre as conseqüências da proposta de flexibilização da CLT, promovido pela Adusp, conforme anteriormente deliberado em assembléia (veja matéria na p.4)

O caso de Buritis ou a criminalização da política

A invasão, por trabalhadores sem-terra ligados ao MST, de uma fazenda pertencente ao presidente Fernando Henrique Cardoso ou a seus filhos, no município de Buritis-MG, gerou uma onda de protestos indignados, como se os ocupantes tivessem cometido crime de lesa-majestade.

Pode-se não concordar com a ação dos sem-terra. Mas o fato é que eles a realizaram para chamar atenção para uma situação de iniquidade social, de cidadãos produtivos que foram e estão sendo privados de terra para plantar e viver, e que não encontram espaço para negociar com o governo.

Mais ainda: após negociar com os representantes do In-cra, concordaram em deixar pacificamente a propriedade ocupada, em troca da garantia de que não haveria prisões. Mas foram traídos. Dezesesseis deles foram algemados, deitados ao chão como delinquentes (o que suscitou protestos até do presidente do STF, ministro Marco Aurélio) e finalmente encarcerados pela Polícia Federal.

Como na Ditadura

Os demais foram conduzidos em comboio e ameaçados por agentes federais sem iden-

tificação. Tudo como nos tempos da Ditadura. Sem falar que o ministro da Reforma Agrária comprometeu-se a recebê-los — e também nisso faltou com a palavra.

Como notou o jornalista Fritz Utzeri (*Jornal do Brasil*, 28/3), “foi nítida e inquestionavelmente política” a motivação da invasão da fazenda. “Idiotice política, mas po-lí-ti-ca”.

Lembrando que o ministro da Justiça, Aloysio Nunes, assaltou um trem quando era militante do grupo clandestino Ação Libertadora Nacional (ALN), durante a Ditadura, Utzeri indaga: “Como será que o camarada Mateus, como era conhecido o atual ministro em seus tempos de estudante e militante da ALN, encararia a invasão da fazenda Córrego da Ponte?”

“Não há escolha”, conclui o jornalista: “ou temos um ministro da Justiça que não passa de um vulgar assaltante de trem pagador, ou temos 16 presos políticos no Brasil”.

Aqueles setores e lideranças que, embora historicamente ligados ao movimento social, apressaram-se em condenar a ação dos sem-terra, deveriam meditar a respeito de tão pertinentes observações.

Seminário “O trabalho em debate: novas tendências e novos desafios para a sociedade”

**Anfiteatro Lucien Lison * Faculdade de Filosofia
USP de Ribeirão Preto * 22 e 23 de abril de 2002**

Programa:

Dia 22/4 - 8:30 h - Abertura

9 às 12h - Mesa 1: O mundo do trabalho no século XXI: novas configurações e desafios para a classe trabalhadora. Prof. Dr. Ricardo Antunes - Unicamp e Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva - Unesp
14 às 17h - Mesa 2: As transformações no mercado de trabalho no Brasil e os impactos sobre a saúde do trabalhador. Prof. Dr. Francisco Antonio de Castro Lacaz - Unifesp; Prof. Dr. Herval Pina Ribeiro - FSP-USP; Profa. Dra. Leny Sato - IP-USP

17h30m - Lançamento dos livros “Violência e trabalho no Brasil”, “Novo e precário mundo do trabalho” e “Dimensões da globalização - o capital e suas contradições”

Dia 23/4

9 às 12 h - Mesa 3: Os direitos sociais e trabalhistas em debate. Jorge Luiz Martins, da Executiva Nacional da CUT, e Cláudio Machado, do Sindicato dos Previdenciários de Barretos

14 às 17 h - Mesa 4: Trabalho, emprego e desemprego: desafios para o movimento sindical. Prof. Dr. Giovanni Alves - Unesp; Paulo Afonso Ribeiro, do Sindicato dos Sapateiros de Franca; Avelino Antonio da Cunha, do Sindicato dos Empregados Rurais de Itápolis; e Luiz Carlos Teixeira, do Sindicato dos Bancários

17:00 h - Encerramento

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES (antecipadamente) na Adusp: telefones (16) 602-3520 e 633-7878 com Cris ou André das 9 às 17 horas.

Realização: Área de Ciências Humanas do DPE da FFCLRP; FFCLRP - USP; Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Fundamental da EERP - USP. Apoio: Adusp-Ribeirão Preto.

Adusp cria grupo de trabalho para discutir avaliação institucional. Participe!

Primeira reunião será no dia 8/4, às 12h30, na sede da entidade

A questão da avaliação institucional continua em pauta. Conforme noticiado no Informativo Adusp 113, a Reitoria enviou ao Conselho Universitário, para discussão e deliberação, uma proposta de mudança no Regimento Geral da USP, relativa à constituição e às atribuições da Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

Se aprovada a proposta, o Capítulo IV do Título VI passará a chamar-se "Da Avaliação Institucional". Apesar do novo título, uma leitura atenta do texto proposto pela Reitoria indica que a administração central não descarta a possibilidade de analisar relatórios individuais de docentes.

O parágrafo 1º, item 1, proposto para o artigo 202 prevê que a CPA, para fazer a avaliação institucional, poderá valer-se de "relatórios de atividades dos docentes, empregados na elaboração dos relatórios anuais de atividades do Departamento". A proposta da Reitoria, além de interferir de maneira indevida no método que cada departamento pode escolher para elaborar seu relatório, parece tratar a avaliação institucional como uma soma de relatórios individuais.

Função social

Uma avaliação institucional feita com seriedade precisa ter como referência o

papel social que a Universidade deve desempenhar, e como objetivo a análise crítica da atuação da instituição na sociedade em que está inserida. Para tanto é necessário buscar respostas para questões fundamentais: que pesquisa estamos fazendo? Que tipo de cidadão estamos formando? O trabalho de extensão que estamos desenvolvendo é adequado às necessidades do país?

Esta forma de entender a avaliação opõe-se à que vem sendo praticada na USP. Será que a nova proposta da Reitoria leva em consideração a função de uma universidade pública na socie-

dade brasileira? Ou aprofunda a prática de "avaliar" como mecanismo de concentração de poder?

GT de avaliação

Foi criado na Adusp um grupo de trabalho para debater a questão da avaliação institucional e para elaborar uma proposta que tenha como objetivo o aprimoramento do desempenho da universidade, tendo em vista sua função social. Todos os colegas estão convidados para a primeira reunião deste grupo, que será no dia 8 de abril, segunda-feira, às 12h30, na sede da Adusp. Sua participação enriquecerá o debate. Compareça!

CARTA

Ainda os "3 meses de férias"

Prezados colegas,

Manifesto o meu apoio à reação da Profa. Maria Cristina Motta de Toledo frente à matéria publicada na revista *Veja*, comentada no último boletim informativo da Adusp, na qual se faz menção aos três meses de férias dos docentes desta Universidade. Acho que o artigo do sr. Stephen Kanitz, embora bem intencionado e oportuno em alguns aspectos, denigre a imagem dos professores da USP, e mereceria uma contestação amplamente divulgada.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Demetrio C. Zachariadis

Depto. de Engenharia Mecânica - Escola Politécnica da USP

PEC fixa percentual do ICMS para estaduais

Tramita na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo uma Proposta de Emenda à Constituição Estadual que fixa como mínimo a ser destinado às universidades públicas paulistas 9,57% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). A justificativa da PEC é a de que os trabalhos realizados por essas instituições não podem "ficar a mercê de oscilações anuais, quando da

fixação orçamentária", sendo importante garantir no texto constitucional o percentual que já é destinado às universidades pela Lei do Orçamento do Estado.

Para o deputado César Callegari, autor da PEC, a aprovação da emenda se faz necessária se considerarmos que o governo está perdendo recursos para o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamen-

tal e de Valorização do Magistério). Ele também ressalta o comprometimento crescente de verbas educacionais com o pagamento de inativos.

"Tudo indica que vai começar a faltar dinheiro para a educação. Por isso é, mais do que nunca, necessário protegê-los", conclui o deputado.

O Fórum das Seis irá apreciar a proposta do deputado em sua próxima reunião, a ser realizada dia 9/4.

Promotores investigam fundação no RJ

O Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro descobriu que uma entidade sem fins lucrativos vinha usando o nome da Uni-Rio, universidade pública, para se beneficiar de contratos de milhões de reais. A informação, inicialmente divulgada pelo *Jornal Nacional*, foi reproduzida pelo jornal *O Globo* de 22/3. Segundo a reportagem, a entidade Pro Uni-Rio foi criada em abril de 1996 pelo pro-

fessor Bruno Manzolillo, que nomeou vários parentes para a diretoria da entidade.

A fundação privada foi contratada, sem licitação, por prefeituras, estados e autarquias federais. Segundo o *Jornal Nacional*, a receita da entidade no ano de 2000 foi de cerca de R\$ 80 milhões. Desse valor, somente R\$ 2 milhões (2,5%) foram repassados à Uni-Rio.

Parte do dinheiro foi des-

viada para três contas bancárias, pertencentes aos institutos UNI-Mídia Indep, Cissat e IBDU. Esta última entidade, dirigida por um filho de Bruno Manzolillo, recebeu R\$ 5 milhões. De acordo com o *Jornal Nacional*, o Ministério Público "não encontrou documentos que expliquem os rumos tomados pelo dinheiro e já pediu o ressarcimento aos cofres públicos de R\$ 7 milhões".

Advogados explicam implicações de mudanças na CLT

No dia 21/3, a Adusp realizou debate sobre os projetos de lei que “flexibilizam” a CLT, com a participação dos advogados trabalhistas Walter Uzzo, secretário-geral da OAB-SP, e Fernando Leister de Barros, da assessoria jurídica da Adusp. Confira a seguir os principais trechos do debate.

Walter Uzzo

A alteração proposta por esse projeto do governo tem razões econômicas que estão ligadas às exigências do Banco Mundial de alteração das leis trabalhistas, de um lado; e de outro lado, a flexibilização ajudaria o aumento da produção e da produtividade, com a redução da massa salarial. No fundo, é uma proposta de redução de custos com base na redução salarial.

Nosso direito trabalhista difere de outros, por exemplo do americano, porque estabelece um mínimo legal. A CLT é um mínimo legal: o salário mínimo, a jornada de trabalho, exigência de repouso, horário para refeição. É o mínimo. Esse mínimo, segundo uma regra que existe na CLT, no artigo 444, pode caminhar apenas para cima e não para baixo.

No sistema americano, o objetivo é outro. O regime é o das convenções e acordos coletivos de empresas, geralmente, onde impera um certo regime de contratualidade. As categorias podem contratar com os empregadores, mas também são respeitados alguns mínimos que são os mínimos das conquistas sociais, que existem na sociedade americana, mas que não precisam necessariamente estar na lei, como aqui. Os acordos coletivos americanos seguem um certo padrão. E não existem previsões legais mínimas para esses padrões, embora todos respeitem. Porque o livre jogo do mercado estabelece esses padrões. Já

nos sistemas brasileiro, alemão, francês, japonês existe esse mínimo, que é estabelecido em lei.

O governo propôs um projeto de lei, emprestou a esse projeto de lei o regime de urgência urgentíssima, e esse projeto de lei começou a tráfegar pelo Congresso sem nenhum impedimento, serenamente. Ele passou pela Comissão de Legislação, pela Comissão de Constituição e Justiça, por todas as comissões técnicas. Porque esse projeto era uma simples alteração de um artigo, o artigo 618 da CLT. De repente nos demos conta — e foram advogados trabalhistas que perceberam isso — que aquilo na realidade era uma poderosa bomba atômica que visava implodir todo o sistema trabalhista brasileiro, ou grande parte desse sistema.

No Brasil, praticamente toda a legislação trabalhista está calcada em lutas sociais. Lutas de trabalhadores contra empregadores, basicamente, tendo como ponto de apoio as greves. Além do mais, nós temos uma estrutura sindical que tem alguns vícios de origem, tem dificuldades muito grandes de funcionamento e não tem nenhum tipo de apoio governamental. Pelo contrário, da Ditadura para cá o sindicalismo veio sofrendo sucessivos golpes, foi enfraquecendo, foi esvaziando, e hoje é isso que os senhores estão vendo: um sindicalismo sem grande capacidade de mobilização, baixíssimo nível de atividade sindical, e que se segura um pouco em razão de alguns benefícios assistencialistas que dá para os associados.

Esse projeto visa depositar nas mãos desse sindicalismo aquilo que hoje é função da lei. Ou seja, aquilo que for negociado vai prevalecer sobre o legislado. Só não atingirá algumas coisas que se refiram à própria lei. Exclui,



por exemplo, fundo de garantia, mas porque tem interesse fiscal; previdência, porque tem interesse fiscal; saúde e higiene no trabalho, porque são normas fixadas de acordo com as necessidades biológicas do trabalhador, e isso não pode ser negociado. Mas aquilo que for condição de trabalho pode ser negociado, segundo essa lei. E o que for negociado vai prevalecer sobre o que está na lei. Para cima ou para baixo.

Categorias com maior capacidade de mobilização e de luta são muito poucas. Calcula-se que existam cerca de 18 mil sindicatos no Brasil; desses 18 mil sindicatos, se tanto, uns 60, 70 são sindicatos que têm boa capacidade de negociação, de luta, de articulação etc. E vai se depositar em uma estrutura sindical débil como esta a responsabilidade de negociar os direitos dos trabalhadores. O que vai acontecer é que aqueles trabalhadores mais humildes, menos organizados, com baixos índices de sindicalização, enfim, aqueles que têm uma baixa consciência sindical ou política vão ser os mais prejudicados. Vai aumentar, portanto, a exclusão social.

Fernando Leister

A chamada flexibilização de leis aqui na USP já aconteceu há muitos anos. A principal

categoria, aqui, são os chamados precários. O precário é admitido por um contrato de trabalho individual, ou seja, entre a USP e o professor, em geral em início de carreira, sem condições de negociação mínima com o empregador, sem nenhuma garantia de emprego (isso é o mais importante), sem fundo de garantia, permanentemente ameaçado de ser desempregado. E isso vem acontecendo há mais de vinte anos.

A universidade com o tempo foi dando algumas vantagens: décimo-terceiro salário, que antigamente não existia; depois, aposentadoria. Então, essa precarização, dentro da universidade, já existe. E é uma grande força de trabalho. Até o ano passado, ano retrasado, cerca de 60% dos professores da universidade eram contratados precariamente. Então, a luta, inclusive da Adusp, é no sentido de que se façam concursos e que a USP os admita como funcionários públicos.

Em matéria de flexibilização, essa política do governo é a flexibilização de direitos já adquiridos. Direitos mínimos adquiridos. É o décimo-terceiro, são as férias, adicional noturno, a folga da jornada, descanso semanal. Estão querendo negociar isso, que é uma garantia já conquistada pelos trabalhadores há muitos e muitos anos.